

MENSAGEM Nº 112

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de março de 2023.

Brasília, 22 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Índia e, cumulativamente, junto ao Reino do Butão, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO**, foi removido para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores pela portaria nº 259, de 8 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 30, de 10 de fevereiro de 2023, no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 142/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO SANTOS
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/04/2023, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4101223** e o código CRC **BDD1883D** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002889/2023-54

SUPER nº 4101223

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA

CPF: 869409887-34

ID: 10460 MRE

1961 Filho de Aloísio Gonzaga Carneiro da Cunha Nóbrega e Danuta Haczynska da Nóbrega, nasce em 6 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1984 Economia pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1992 Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
2002 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2013 LVIII Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco. Aprovação com louvor. Tese: "As Negociações sobre Limitações e Exceções ao Direito de Autor na Organização Mundial da Propriedade Intelectual - Ação Diplomática e Acesso ao Conhecimento".

Cargos:

1993 Terceiro-secretário
1998 Segundo-secretário
2002 Primeiro-secretário, por merecimento
2008 Conselheiro, por merecimento
2013 Ministro de segunda classe, por merecimento
2019 Ministro de primeira classe, por merecimento

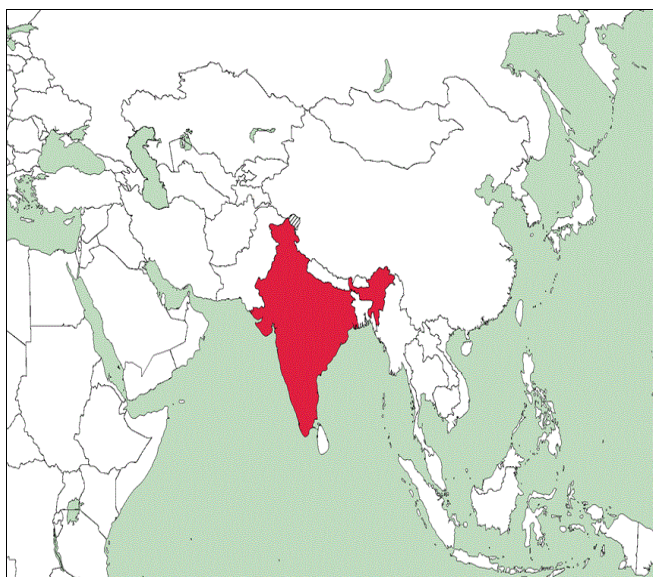
Funções:

1993-94 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1994-96 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente
1996-98 Embaixada em Lima, terceiro-secretário
1998-99 Delegação Permanente em Genebra, terceiro e segundo-secretário
1999-02 Embaixada em Varsóvia, segundo-secretário
2002-06 Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas, assistente e chefe, substituto
2006-08 Embaixada em Berlim, primeiro-secretário
2008-13 Divisão de Propriedade Intelectual, chefe
2013-15 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assessor
2015-16 Embaixada em Washington, ministro-conselheiro
2016-19 Departamento de Mecanismos Inter-Regionais, diretor
2019- Secretaria de Oriente Médio, Europa e África, secretário

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ÍNDIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE A ÍNDIA	
NOME OFICIAL:	República da Índia
GENTÍLICO:	indiano(a)
CAPITAL:	Nova Delhi
ÁREA:	3.287.263 km ²
POPULAÇÃO:	1,4 bilhão (em vias de se tornar o país mais populoso do mundo)
LÍNGUAS OFICIAIS:	Hindi e inglês. Línguas oficiais em nível estadual: assamês, bengali, caxemiri, gujarati, kannada, maithili, malayalam, marata, nepalês, oriya, punjabi, sânscrito, tâmil, telugu, urdu
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Hinduísmo (79,8%); islamismo (14,2%); cristianismo (2,3%); sikhismo (1,7%); budismo (0,7%); outras religiões (1,3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República federativa parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral: câmara baixa (<i>Lok Sabha</i>) com 552 membros; e câmara alta (<i>Rajya Sabha</i>), com 250 membros.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Droupadi Murmu (desde 25/07/2022)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Narendra Modi (desde 26/05/2014, reconduzido ao cargo em 30/05/2019)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Subrahmanyam Jaishankar (desde 31/05/2019)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL:	US\$ 3,47 trilhões (2022 - 5º maior)
PIB - PARIDADE DE PODER DE COMPRA PPP:	US\$ 11,67 trilhões (2022 - 3º maior)
PIB PER CAPITA:	US\$ 2.470 (2022)
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 8.290 (2022)
VARIAÇÃO DO PIB:	6,1% (2023, est.); 6,8% (2022) 8,9% (2021); - 6,6% (2020); 3,7% (2019); 6,5% (2018).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2021):	0,633 – 132º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA (2021):	67,2 anos
ALFABETIZAÇÃO (2022):	77,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2022):	7,5% (Centre for Monitoring Indian Economy)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rupia indiana
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Suresh K. Reddy
EMBAIXADOR EM NOVA DELHI:	André Aranha Corrêa do Lago
BRASILEIROS NO PAÍS:	Estima-se que há cerca de 860 brasileiros residentes (após repatriação em abril de 2020, em razão da pandemia de COVID-19).

Fontes dos dados econômicos: FMI, Banco Mundial e PNUD.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – ÍNDIA
(em US\$ bilhões, FOB)

Brasil→Índia	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	11,42	7,91	5,64	7,61	7,57	7,3	7,05	11,5 (+63,5%)	15,2 (+32%)
Exportações	4,78	3,62	3,16	4,66	3,91	2,8	2,88	4,8	6,3 (+31,2%)
Importações	6,64	4,29	2,48	2,95	3,66	4,5	4,17	6,73	8,86 (+31%)
Saldo	-1,85	-0,67	0,67	1,71	0,24	-1,76	-1,28	- 1,93	-2,5

APRESENTAÇÃO

A Índia tornou-se independente do Reino Unido em 15 de agosto de 1947. É o maior país da Ásia Meridional e o sétimo maior do mundo, em área. Com cerca de um sexto da população mundial, a Índia deverá se tornar o país mais populoso do mundo em 2023, ultrapassando a China. De acordo com algumas estimativas, esse processo já teria ocorrido. A população é majoritariamente rural (cerca de 60%), embora algumas das cidades mais populosas do mundo sejam indianas, como a capital, Nova Delhi (28,5 milhões), e Mumbai (20 milhões de pessoas). O estado indiano de maior densidade demográfica é Uttar Pradesh, no norte do país, com mais de 200 milhões de habitantes. A taxa de urbanização indiana (em torno de 35%) tem-se incrementado a uma taxa de 2% ao ano.

Apesar de enfrentar grandes desafios sociais e econômicos, a Índia contemporânea é caracterizada por intenso crescimento econômico e alto dinamismo científico-tecnológico. Com cerca de 500 milhões de habitantes abaixo dos 25 anos e crescente acesso da população à Internet, o país apresenta elevado potencial para expansão dos fluxos de investimento e comércio.

O país enfrentou recessão econômica em razão da pandemia de COVID-19, com queda de 6,6% do PIB no ano de 2020. Em 2021, porém, a economia indiana deu mostras de forte recuperação, com crescimentos de 8,9%. O FMI calculou em 6,8% o crescimento econômico da Índia em 2022. Para 2023, estima taxa de 6,1%.

Em 2022, ano em que comemorou 75 anos de sua independência, a Índia tornou-se a quinta maior economia mundial em termos nominais, tendo superado o Reino Unido. A economia indiana já é a terceira maior do mundo pelo critério de paridade do poder de compra.

PERFIS BIOGRÁFICOS

DROUPADI MURMU

Presidente



Nasceu no estado de Odisha, em 20 de junho de 1958. Foi professora e funcionária pública estadual. Elegeu-se para a assembleia legislativa do Estado de Odisha (2000-2009) e, entre 2015 e 2021 foi governadora (indicada pelo executivo central) do estado de Jharkhand.

Murmu é a segunda mulher e a primeira pessoa de origem tribal a ser chefe de Estado na Índia. Ela pertence ao grupo étnico santal. As castas e tribos registradas, conforme dispositivos constitucionais e legais indianos, formam os grupos sociais mais desfavorecidos do país, objeto de diversas políticas afirmativas.

Droupadi Murmu tomou posse como presidente em 25/7/2022, para mandato de cinco anos.

NARENDRA MODI

Primeiro-ministro



Nasceu no estado de Gujarat, em 17 de setembro de 1950. É o terceiro dos seis filhos de uma família de comerciantes. Graduou-se pela Universidade de Delhi e obteve título de mestre em Ciência Política pela Universidade de Gujarat.

Em 1987, filiou-se ao *Bharatiya Janata Party* (BJP). No ano seguinte, foi escolhido como secretário-geral da legenda no estado de Gujarat. Em 2001, tornou-se governador (*Chief Minister*) do estado de Gujarat, tendo sido reeleito, em 2012, pela quarta vez consecutiva.

Empossado pela primeira vez como primeiro-ministro em 2014 e reconduzido ao cargo em 30 de maio de 2019, Narendra Modi é o primeiro chefe de governo indiano nascido após a independência do país.

SUBRAHMANYAM JAISHANKAR

Ministro de Assuntos Exteriores



Nascido em 9 de janeiro de 1955, em Delhi, é filho de Krishnaswamy Subrahmanyam, um dos maiores pensadores estratégicos indianos e ex-diretor do “Institute for Defence Studies and Analyses”, influente *think tank* fundado em 1965. Possui mestrado em Ciência Política, bem como mestrado e doutorado em Relações Internacionais pela Universidade Jawaharlal Nehru, de Nova Delhi.

Ingressou na diplomacia em 1977 e serviu em Moscou, Washington, Colombo, Budapeste e Tóquio e, como embaixador, na República Tcheca, em Singapura, na China e nos Estados Unidos. Atuou também como *Joint Secretary* para Américas da chancelaria. Foi nomeado secretário do Exterior (função equivalente à de secretário-geral do MRE) no primeiro governo do primeiro-ministro Narendra Modi, cargo que ocupou durante três anos, até aposentar-se em 2018.

Até ser nomeado ministro de Negócios Estrangeiros, no segundo mandato de Modi, em 31 de maio de 2019, atuava como “presidente para assuntos corporativos globais” do grupo Tata. S. Jaishankar é o primeiro diplomata de carreira a chefiar a pasta de assuntos exteriores da Índia, cargo tradicionalmente ocupado por parlamentares. Em julho de 2019, elegeu-se pelo BJP para a Câmara Alta do Parlamento (*Rajya Sabha*).

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Índia foram estabelecidas em 1948, logo após a independência indiana. Completam, portanto, 75 anos em 2023. Os intercâmbios econômico-comerciais e culturais eram pouco expressivos até o início dos anos 90, quando ambos os países empreenderam reformas com vistas a uma maior abertura de suas economias e o relacionamento político e econômico tornou-se mais intenso. Em 2006, foi estabelecida Parceria Estratégica entre Brasil e Índia.

A Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural, em nível de chanceleres, é o principal mecanismo de coordenação e diálogo bilateral. Desde seu estabelecimento, em 2002, já foram realizadas oito edições, alternadamente no Brasil e na Índia, tendo a última sido em Brasília, em agosto de 2022.

Há também instâncias bilaterais sobre consultas políticas, temas estratégicos, monitoramento de comércio, cooperação em defesa, ciência e tecnologia, bioenergia, petróleo e gás, segurança cibernética, entre outros temas.

No contexto da pandemia de COVID-19, o Brasil e a Índia mantiveram intensa coordenação bilateral. Em janeiro de 2021, chegaram ao Brasil dois milhões de doses da vacina Oxford/AstraZeneca fabricadas pelo Instituto Serum, da Índia, importadas pelo Governo Federal. Em fevereiro, foi recebido o segundo lote de dois milhões de doses da vacina.

Visitas bilaterais de alto nível

Chefes de Estado brasileiros visitaram a Índia nos anos de 1996, 2004, 2007, 2008 e 2012. Chefes de governo indianos visitaram o Brasil em 1968, 1992 (Rio 92), 2006, 2010, 2012 (Rio+20) e 2014 (Cúpula do BRICS). Mais recentemente, o ex-presidente Jair Bolsonaro e o primeiro-ministro Narendra Modi tiveram encontros bilaterais à margem da XI Cúpula do BRICS (Brasília, 13/11/2019) e à margem da Cúpula do G20 (Osaka, 29/06/2019).

Entre 25 e 27 de janeiro de 2020, a convite do primeiro-ministro Modi, o ex-presidente Jair Bolsonaro realizou visita de Estado à Índia. Participou, como convidado de honra, das celebrações do Dia da República (26 de janeiro, quando se comemora a entrada em vigor da Constituição indiana, em 1950). Foi a terceira vez que um chefe de Estado brasileiro foi agraciado com essa distinção pelo governo indiano (presidente Lula, em 2004, e presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996).

Durante a visita presidencial em 2020, foram assinados quinze atos bilaterais, dos quais se destacam: i) Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos – ACFI (a Índia foi o 15º país, a maior economia e o primeiro país asiático com o qual o Brasil assinou instrumento dessa natureza); ii) Acordo de Previdência Social; iii) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Bioenergia; iv) Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Setor de Petróleo e Gás Natural; e v) Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Geologia e Recursos Minerais. Foi adotado, também, Plano de Ação para Fortalecer a Parceria Estratégica Brasil-Índia. Trata-se de documento político que compila os mecanismos institucionais existentes, bem como estabelece metas para as diversas áreas de cooperação entre os dois países.

O então ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, visitou a Índia (23/02 a 02/03/2021), para acompanhar o lançamento, por veículo indiano, do satélite Amazônia-1 a partir de centro espacial no estado de Andhra Pradesh. Também manteve vários encontros com autoridades indianas e destacou o interesse brasileiro na ampliação da cooperação bilateral em temas espaciais e aeroespaciais, bem como no estabelecimento de novos canais de interlocução nas áreas de biotecnologia (sobretudo para a pesquisa de insumos farmacêuticos), nanotecnologia, fotônica, novas tecnologias do setor energético, tecnologias de informação e comunicação, inteligência artificial, entre outras.

De 19 a 22 de abril de 2022, visitou a Índia o então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, acompanhado de delegação empresarial. Na oportunidade, confirmou-se o interesse mútuo no aprofundamento da cooperação em etanol, inclusive em motores *flex fuel*. Também acordou-se promover conjuntamente os biocombustíveis, em particular o etanol, em foros e mercados internacionais, bem como fomentar intercâmbio de conhecimento em políticas na área de biocombustíveis. Ademais, foram assinados dois instrumentos entre os setores privados (pelo lado brasileiro, UNICA e APLA).

O ministro indiano da Pesca, Pecuária e Lácteos, Parshottam Rupala, visitou o Brasil de 15 a 21 de maio de 2022, oportunidade em que se encontrou com o então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcos Montes, com o presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu-ABCZ, bem como conheceu fazendas de gado em Uberaba/MG e a sede da Embrapa Gado de Leite, em Juiz de Fora/MG.

Em 23 e 24 de agosto de 2022, o ministro de Assuntos Exteriores Subrahmanyam Jaishankar visitou o Brasil, quando co-presidiu, com o então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos França, a 8ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia. Durante a visita, foi assinado protocolo à

convenção bilateral para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal, além de memorando de entendimento entre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a *Prasar Bharati*, entidade pública de comunicação indiana, para troca de conteúdo. Em São Paulo, o chanceler indiano participou de reunião na FIESP e de evento empresarial com o Grupo LIDE.

Em setembro de 2022, visitou Brasília delegação indiana do setor de petróleo e gás, chefiada pelo vice-ministro Pankaj Jain. Durante a visita, a Petrobras e a *Indian Oil Corporation* (IOC), maior estatal de petróleo e gás indiana, assinaram contrato com opção de fornecimento de até 12 milhões de barris de petróleo pela Petrobras. O contrato tem duração de seis meses e poderá ser renovado por mais um ano. A empresa brasileira também firmou memorando de entendimento com a *Bharat Petroleum* para fomentar tratativas com vistas a eventual fornecimento de petróleo bruto.

De 6 a 8 de novembro de 2022, o ministro de Estado das Relações Exteriores e dos Assuntos Parlamentares da Índia, V. Muraleedharan (segunda autoridade de nível hierárquico mais alto nessas pastas) visitou o Brasil, ocasião em que se avistou com o então vice-presidente da República e participou de sessão solene da Câmara dos Deputados, em homenagem aos 75 anos da independência da Índia.

Em 5 de janeiro de 2023, o chanceler Mauro Vieira e o Ministro de Assuntos Exteriores da Índia, Dr. Subrahmanyam Jaishankar, mantiveram conversa telefônica, em que conversaram sobre a importância da Parceria Estratégica Brasil-Índia; a presidência indiana do G20 em 2023, e brasileira, em 2024; a Reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros do G20, em Nova Delhi (1º e 2 de março); a colaboração no CSNU em 2022 e reforma do órgão; cooperação em energias renováveis; bem como o aumento do comércio bilateral, que atingiu recorde em 2022.

Diplomacia parlamentar

Em junho de 2022, foi instalado no Senado Federal o Grupo Parlamentar Brasil-Índia, que tem como presidente o senador Nelsinho Trad e como vice-presidente o senador Espiridião Amin. No âmbito da Câmara dos Deputados, há também o Grupo Parlamentar Brasil-Índia, presidido pelo deputado Vinícius Carvalho, e a Frente Parlamentar Mista Brasil-Índia, coordenada pelo deputado Daniel Coelho.

Coordenação em organismos multilaterais e foros plurilaterais

A coordenação Brasil-Índia em organismos multilaterais e foros plurilaterais é tradicionalmente intensa. Os dois países integram grupos plurilaterais como IBAS, BRICS, G20 (formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia), G4 (sobre reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas) e BASIC (sobre mudança do clima).

Em 2022, os dois países coincidiram como membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) pela quarta vez, já que a Índia foi eleita para o biênio 2021-2022 e o Brasil, para o biênio 2022-2023.

Comércio bilateral Brasil-Índia

Em 2022, a corrente de comércio foi de US\$ 15,15 bilhões (31,4% maior do que em 2021), com aumento de 31,3% nas exportações brasileiras, que chegaram a US\$ 6,3 bilhões. No período, os óleos vegetais figuraram em primeiro lugar, com 37% do total exportado, enquanto o petróleo bruto correspondeu a 29% e ouro, a 13%. Na pauta de importações (que totalizaram, no período, US\$ 8,85 bilhões), continuam predominando combustíveis derivados de petróleo (29%), compostos químicos (13%) e outros produtos da indústria de transformação.

Em vigor desde 2009, o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) MERCOSUL-Índia prevê preferências fixas de 10%, 20% e 100% para 450 linhas tarifárias de cada lado. Há intenção de ambas as partes em expandir o Acordo.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou, em dezembro de 2021, o relatório final do Painel dos contenciosos iniciados por Brasil, Guatemala e Austrália a respeito do regime de apoio ao setor açucareiro da Índia. As decisões do Painel foram favoráveis ao Brasil e aos outros dois demandantes. O Painel concluiu que a política indiana de preços mínimos obrigatórios para a cana-de-açúcar excedeu os limites estabelecidos pelo Acordo de Agricultura da OMC. Concluiu também que os subsídios indianos à exportação de açúcar violam regras da OMC. O Brasil espera que a Índia ajuste sua legislação e práticas às decisões do Painel e segue disposto a negociar com aquele país o pronto encerramento do contencioso.

Investimentos bilaterais

Empresas indianas têm investido no Brasil sobretudo nos setores de infraestrutura, automóveis, químicos e defensivos agrícolas, fármacos e tecnologia da informação. A Índia está entre os dez maiores investidores no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Em 2022, também foram

anunciados investimentos adicionais na exploração de petróleo, na transmissão de energia e na fabricação de tratores e de motocicletas.

Os investimentos brasileiros na Índia incluem os setores de motores elétricos, automação bancária, fibras industriais, autopeças, tecnologia da informação e armamento leve.

Assuntos consulares

A rede consular brasileira na Índia é composta pelo setor consular da Embaixada em Nova Delhi e pelo Consulado-Geral em Mumbai. Existem, ainda, consulados honorários brasileiros em Bangalore, Calcutá e Hyderabad. Estima-se que a população brasileira residente na Índia seja de 860 pessoas.

POLÍTICA INTERNA

A Índia é uma república formada por 28 estados e nove territórios da União, com sistema de governo parlamentarista bicameral. A câmara baixa do parlamento indiano, *Lok Sabha* (Casa do Povo), conta com até 552 membros com mandato de cinco anos. A câmara alta, *Rajya Sabha* (Conselho dos Estados), conta com até 250 membros com mandato de seis anos, sendo doze indicados pelo presidente e o restante eleito pelas assembleias estaduais.

O presidente, eleito para um mandato de cinco anos por ambas as casas do parlamento e pelos legislativos estaduais, é o chefe de Estado. O presidente tem o poder de dissolver a *Lok Sabha* e deve sancionar as leis votadas no parlamento antes que entrem em vigor. Já o primeiro-ministro, escolhido pelo partido ou coalizão com maior representação parlamentar, é o chefe de governo e concentra a maior parte dos poderes executivos.

Os estados são liderados por governadores, nomeados pelo governo central. Na prática, porém, o poder executivo estadual é exercido por “ministros-chefes”, que respondem às assembleias legislativas estaduais, em função análoga àquela exercida, em nível nacional, pelo primeiro-ministro.

O sistema judiciário conta com uma Suprema Corte com a prerrogativa de julgar a constitucionalidade das leis. É composta por um juiz principal (*Chief Justice*) e até 30 juízes, nomeados pelo presidente por indicação do juiz principal. Os tribunais superiores estaduais e os tribunais distritais são subordinados à Suprema Corte.

Os dois principais partidos políticos indianos são o *Bharatiya Janata Party* – BJP (Partido do Povo Indiano), identificado com a tradição hindu e atualmente no poder; e o *Indian National Congress* – INC (Partido do Congresso), herdeiro dos movimentos independentistas da primeira metade do

século XX e hegemônico durante décadas após a independência indiana. Os partidos políticos regionais, baseados nas mais variadas plataformas – como identidades linguísticas e de castas ou representações tribais – desempenham papel importante nos poderes executivos e legislativos estaduais. Muitos deles, em âmbito nacional, se aliam ao BJP ou ao Partido do Congresso na formação de coalizões.

As últimas eleições gerais, realizadas em 2019, consistiram no maior pleito eleitoral do mundo, com cerca de 900 milhões de eleitores cadastrados. O comparecimento, em torno de 67%, foi considerado elevado e ligeiramente superior ao de 2014. Com votação superior àquela obtida em 2014, o BJP ampliou significativamente sua maioria no parlamento, e Narendra Modi foi reconduzido ao cargo de primeiro-ministro. As próximas eleições gerais estão previstas para 2024.

As eleições para os legislativos estaduais não coincidem com as eleições gerais. Realizaram-se, em fevereiro e março de 2022, eleições nos estados de Uttar Pradesh (o mais populoso do país), Goa, Manipur, Uttarakhand e Punjab. O BJP saiu vitorioso nos quatro primeiros, enquanto o Partido do Congresso perdeu a disputa no Punjab para o *Aam Aadmi Party* – AAP (Partido do Homem Comum), que já governava Delhi.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa indiana atribui grande importância ao multilateralismo e orienta-se pela “autonomia estratégica”, pelo que rejeita alinhamentos rígidos com outros países. Sua diplomacia busca três objetivos prioritários: (i) garantir um ambiente estável, de paz e de segurança em seu entorno imediato; (ii) manter relações cordiais e equilibradas com as grandes potências; e (iii) estabelecer parcerias mutuamente benéficas com os países em desenvolvimento.

A Índia também mantém relação estreita com os países da ASEAN – em sintonia com a política *Act East* –, bem como com os países do Oriente Médio, que a Índia classifica como parte de sua “vizinhança estendida”. Muitos deles são importantes supridores de petróleo para a Índia e contam com expressivas diásporas indianas.

Índia-Paquistão

Desde a partição do subcontinente indiano em 1947, a Índia e o Paquistão já travaram três guerras (em 1965, 1971 e 1999), duas das quais se desenrolaram em torno da região contestada da Caxemira. Em fevereiro de

2019, as tensões escalaram em razão do atentado terrorista de maior proporção naquela região desde 1989, com saldo de mais de 40 policiais indianos mortos, que motivou respostas militares, inclusive bombardeios na fronteira de fato entre os países.

Em fevereiro de 2021, comandantes militares da Índia e do Paquistão acordaram reafirmar o cessar-fogo na Linha de Controle, cujos princípios foram delineados em 1972. O movimento foi considerado um dos mais relevantes desde 2003, quando se iniciou um período de distensão.

Índia-China

A China é um dos principais parceiros comerciais da Índia (em anos recentes, alternou-se com os Estados Unidos na primeira posição), e tradicionalmente auferia elevados superávits no comércio bilateral. A China é também importante fonte de investimentos na Índia, além interlocutor em foros plurilaterais e regionais (BRICS, BASIC e Organização para a Cooperação de Xangai). Permanecem, porém, disputas fronteiriças não resolvidas, que já motivaram uma guerra entre os dois países, em 1962.

Índia-EUA

A Índia foi classificada como parceiro de defesa principal (*major defense partner*) dos EUA em 2016. A Índia e os Estados Unidos integram o Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD), com Austrália e Japão.

Índia-Rússia

Índia e Rússia mantêm mecanismo regular de reuniões em alto nível. Em sua vigésima edição (Vladivostok, setembro de 2019), a relação bilateral foi caracterizada como "parceria estratégica especialmente privilegiada". Em setembro de 2022, a Rússia passou a ser o segundo maior fornecedor de petróleo bruto da Índia. As compras de petróleo russo passaram de menos 300 mil barris/dia em abril para mais de 800 mil barris/dia em setembro.

Conflito na Ucrânia

Sobre o conflito na Ucrânia, a Índia tem defendido o caminho da diplomacia e do diálogo, além de fazer referência ao direito internacional, à Carta das Nações Unidas, à soberania e à integridade territorial dos estados. As intervenções indianas têm mencionado também a situação humanitária, a ajuda indiana em medicamentos e equipamentos médicos, bem como solicitado o cessar-fogo imediato e o acesso humanitário às zonas de conflito.

Grupos regionais e plurilaterais

A Índia é membro de organizações regionais como a Associação para a Cooperação Regional do Sul da Ásia (SAARC, na sigla em inglês) e a Iniciativa da Baía de Bengala para a Cooperação Multissetorial Técnica e Econômica (BIMSTEC, na sigla em inglês). A SAARC prevê o estabelecimento gradual de uma zona de livre trânsito e de livre comércio.

Em 2023, o G20 é presidido pela Índia, que tenciona dar ênfase ao desenvolvimento sustentável, responsável e inclusivo, com o objetivo de fazer frente aos desafios de lidar com uma ordem global em mudança, com os riscos climáticos e com a recuperação econômica pós-pandemia. O Brasil sucederá a Índia na presidência do G20, em 2024.

A Índia presidiu o BRICS em 2021. Assim como na presidência brasileira em 2019, observou-se boa sintonia de posições entre o Brasil e a Índia no agrupamento.

A Índia atribui também grande importância ao IBAS, agrupamento estabelecido em 2003 por Brasil, Índia e África do Sul. A presidência indiana promoveu, em 2021, encontros nas áreas de cooperação para o desenvolvimento, mulheres, turismo, medicina tradicional, padronização e segurança. A 10ª Reunião Ministerial Trilateral foi realizada em 21/09/2022, à margem da abertura da 77ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas. No corrente ano, o Brasil receberá, da Índia, a presidência rotativa do IBAS.

ECONOMIA

Segundo o FMI, a Índia já superou o Reino Unido em PIB nominal, tendo alcançado a posição de quinta economia do mundo. O país deve se tornar a terceira economia do mundo até 2030.

Relatório do Ministério das Finanças da Índia (2022-23) é marcado pelo otimismo governamental em relação ao futuro do país. O governo pretende tornar a Índia uma “nação desenvolvida” até 2047, ano da celebração dos 100 anos de independência. Há, ainda, planos de aumentar o setor manufatureiro para 25% do PIB (atualmente está em 17%). Além do aumento do PIB, projeta-se a queda do desemprego, o crescimento da demanda interna e a diminuição da inflação.

Os bons resultados da gestão econômica do governo do primeiro-ministro Narendra Modi estão relacionados aos fundamentos macroeconômicos, em especial: (i) redução da taxa de inflação; (ii) política cambial estável, com reservas internacionais elevadas; e (iii) política fiscal voltada para o controle de gastos e a redução do déficit. A atual política econômica indiana confere,

además, especial atención a la agenda de modernización de la economía y de reformas estructurales, a ejemplo de la *Goods and Services Tax (GST)*, de 2016, mayor reforma tributaria realizada desde la independencia.

A agricultura emplea 42%¹ de la población económicamente activa del país. En septiembre de 2020, fueron aprobadas reformas legislativas que flexibilizan la política de precios mínimos en el sector agrícola y liberalizan el comercio y la política de existencias agrícolas, pero las medidas enfrentaron fuerte oposición en varios estados indios y tuvieron su aplicación suspendida por la Corte Suprema. En 19/11/2021, el primer ministro Modi anunció la decisión de revocar esas leyes.

Elaborado a partir de programas gubernamentales ya existentes, este paquete de estímulos fue denominado “India autosuficiente” (*Atmanirbhar Bharat Abhiyaan*) y ha orientado las diferentes medidas del gobierno central indio para la retomada económica, como medidas monetarias y fiscales dirigidas a apoyar a las empresas indias, además de amplia gama de propuestas dirigidas a la reforma de sectores de la economía y a la reducción de la participación del Estado en la economía. La campaña “India autosuficiente”, así como el programa *Make in India*, busca reducir la dependencia de importaciones (principalmente de China) y promover a India como centro global industrial y de servicios.

Por otro lado, los impactos económicos del conflicto en Ucrania también han sido objeto de preocupación en India. Los más inmediatos dicen respecto al aumento de los precios del petróleo, el cambio en el mercado mundial de alimentos y el consecuente aumento de la inflación, que ha estado por encima del límite de 6% definido por el Banco Central indio (en 2021, la inflación anual fue de 5,6%). Al fin de contener los precios internos y evitar escasez doméstica, el gobierno impuso restricciones a las exportaciones de trigo, parcialmente levantadas en la secuencia. También fueron limitadas las exportaciones de arroz.

Con relación al comercio exterior indio, el país viene batiendo récords comerciales en diversas áreas. Las exportaciones de bienes superaron la marca de USD 400 billones en el último año fiscal (2021-22). No obstante, a pesar de todo este dinamismo económico, ocurrió un aumento de la concentración de ingresos en India en el período de 1985-2019. De acuerdo con el informe de Oxfam, actualmente 21 bilioneros indios tienen la misma riqueza que 700 millones de ciudadanos. Por otro lado, el informe del Ministerio de Finanzas presenta datos del PNUD de que 415 millones de personas habrían salido de la pobreza entre 2005 y 2019.

¹ Los sectores de servicios e industria emplean, respectivamente, 32% y 25% de la mano de obra india.

Setor energético

A Índia é a terceira maior consumidora mundial de energia, além de um dos grandes motores do aumento da demanda por petróleo, ao importar mais de 80% de suas necessidades de consumo. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), em função de sua expansão econômica, populacional, de urbanização e industrialização, a Índia apresenta atualmente a maior tendência de crescimento da demanda por energia no mundo em todos os cenários até 2040.

A matriz energética primária da Índia, com base na oferta energética, é a seguinte: 51% carvão; 24% petróleo e derivados; 14% biomassa; 7% gás natural; 1,5% hidrelétricas; 1,3% solar, eólica e pequenas hidrelétricas. Já do ponto de vista da matriz elétrica, baseada em capacidade instalada, a matriz é: 53% carvão; 13,5% solar; 12% hidrelétricas; 10% eólica; 6% gás; 3% bioeletricidade; 2% nuclear; 1% pequenas hidrelétricas; e 0,13% outros.

O país é o quarto maior do mundo em capacidade instalada de energia renovável, o quinto em energia solar e quarto em energia eólica. Em outubro de 2021, a Índia ultrapassou a marca de 150 GW de capacidade instalada de energia renovável, aproximando-se da meta anunciada pelo PM Modi de instalação de 175 GW até 2022 – dos quais 100 GW de energia solar, 60 GW de energia eólica, 10 GW de bioenergia e 5 GW de pequenas hidrelétricas.

Há forte incentivo governamental à maior adoção dos biocombustíveis na matriz de transportes, de que é exemplo a recomendação, de dezembro passado, para produção de motores *flex fuel* pela indústria automobilística. A AIE estima que a Índia ultrapasse a China como o terceiro maior produtor de etanol em 2023, o que poderá contribuir para o alcance da meta de mistura na gasolina de 20% (E20) até abril/2023. Em junho de 2022, o primeiro-ministro Modi anunciou que foi alcançada a meta de 10% (E10), o que teria reduzido a emissão de 2,7 milhões de toneladas de carbono e evitado o gasto de USD 5,3 bilhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

3000 a.C	Ascensão da civilização do Vale do Indo.
2000 a.C	Período Védico.
Séc. IV a.C	Ascensão do Império Máuria.
Séc. III d.C	Apogeu do Império Gupta.
1498	Chegada de Vasco da Gama à Índia.
Século XVI	Império Mogol, sob o qual floresceu o islamismo na Ásia Meridional.
Século XVIII	Declínio do Império Mogol e intensificação da presença da Companhia Britânica da Índia Oriental.
1857	“Grande Motim”, rebelião indiana contra o domínio britânico.
1858	Início do governo direto da Índia pela Coroa Britânica (<i>British Raj</i>).
1885	Fundação do Congresso Nacional Indiano.
1947	Independência da Índia. Governo de Jawaharlal Nehru (INC, até 1964). Secessão do Paquistão e Primeira Guerra da Caxemira.
1948	Assassinato de Mahatma Gandhi.
1950	Entrada em vigor da Constituição indiana.
1962	Guerra contra a China por território fronteiriço.
1965	Guerra contra o Paquistão na região da Caxemira.
1966	Governo de Indira Gandhi (INC, 1966-77).
1971	Apoio indiano à guerra de independência de Bangladesh (então Paquistão Oriental); guerra contra o Paquistão.
1974	Primeiro teste nuclear indiano (Pokhran I).
1980	Novo governo de Indira Gandhi (1980-84).
1984	Assassinato de Indira Gandhi. Governo de Rajiv Gandhi (INC, até 1989)
1991	Assassinato de Rajiv Gandhi. Governo de Narasimha Rao (INC, até 1996).
1998	Governo de Athal Bihari Vajpayee (BJP, até 2004). Segundo teste nuclear da Índia (Pokhran II) e do Paquistão, condenados pelo CSNU.
1999	Assinatura da Declaração de Paz de Lahore e subsequente Guerra de Kargil contra o Paquistão.
2000	Índia atinge a marca de 1 bilhão de habitantes.
2004	Governo de Manmohan Singh (INC, até 2014).
2008	Acordo de cooperação nuclear com EUA e França.
2010	Acordo de cooperação nuclear com Rússia, Argentina e Canadá; apoio dos EUA à Índia como membro permanente no CSNU.
2014	Governo de Narendra Modi (BJP, até a atualidade).
2015	Índia lança seu primeiro laboratório espacial Astrosat. Índia lidera lançamento da Aliança Solar Internacional. Índia celebra acordo de cooperação nuclear com o Reino Unido.
2016	Índia adere ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis-MTCR. Acordo de cooperação nuclear com Japão.
2017	Reativação do Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD), composto por Índia, EUA, Japão e Austrália.
2018	Índia incluída no Grupo de Wasenaar, para controle de exportações de armas

	convencionais e produtos e tecnologias de uso dual, bem como no Grupo da Austrália, foro informal que busca evitar que exportações contribuam para o desenvolvimento de armas químicas e biológicas. Índia adquire sistema russo de defesa antiaérea S-400 Triumf.
2019	Recondução de Narendra Modi ao cargo de primeiro-ministro. Índia realiza primeiro teste com armamento antissatélite-ASAT e lança segunda missão lunar, Chandryaan-2 (não exitosa, pois perdeu contato no momento do pouso na lua). Tensões na fronteira com o Paquistão escalam em razão do atentado terrorista de maior proporção naquela região desde 1989, com saldo de mais de 40 policiais indianos mortos.
2020	Imposição de <i>lockdown</i> para contenção da pandemia de COVID-19 (25/3-31/5). Queda de 7,3% do PIB (ano fiscal 2020/21), primeira recessão desde 1980. Adoção de pacote de estímulos econômicos com vistas à recuperação pós-pandemia (“Índia autossuficiente”). Elevação de tensões na fronteira com a China (maio e setembro), com vinte soldados indianos mortos.
2021	Início do oitavo mandato da Índia como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2021-22). Pico de infecções pelo coronavírus ("segunda onda" da pandemia, com prevalência da variante "delta"), entre abril e junho. Início da desmobilização de tropas na fronteira com a China (fevereiro), mas rodadas de negociação com a China sobre a questão fronteiriça terminam em impasse. Início das comemorações dos 75 anos de independência da Índia (a ser celebrado em agosto de 2022). Cancelamento de reforma de leis agrícolas apresentadas pelo governo em 2020, após intensos protestos de agricultores.
2022	Eleições estaduais em Uttar Pradesh, Goa, Manipur, Uttarakhand e Punjab (fevereiro e março). Visita a Nova Delhi do MNE da China, Wang Yi, primeira visita recíproca desde o início de tensões na fronteira, em maio de 2020 (25/3). 75º aniversário da independência da Índia (15/8). Índia torna-se a quinta maior economia mundial em termos nominais, tendo superado o Reino Unido. Índia assumiu presidência do G20 (dezembro)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1948	Estabelecimento recíproco de missões diplomáticas.
1954	Visita ao Brasil do vice-presidente S. Radhakrishnan.
1968	Visita da primeira-ministra Indira Gandhi ao Brasil.
1992	Visita do primeiro-ministro Narasimha Rao ao Brasil (Rio-92).
1996	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia.
1998	Visita oficial do presidente K.R. Narayanan ao Brasil.
2002	Criação da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural – Comissão Mista, em nível de ministros das Relações Exteriores.

2003	I Reunião da Comissão Mista (Nova Delhi). Criação do IBAS (Foro de Diálogo Brasil, Índia e África do Sul).
2004	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia. Criação do G-4/ONU (Brasil, Alemanha, Índia e Japão).
2006	Estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-Índia. Visita do primeiro-ministro Manmohan Singh ao Brasil. II Reunião da Comissão Mista (Brasília). I Cúpula do IBAS (Brasília).
2007	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia. III Reunião da Comissão Mista (Nova Delhi). I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Nova Delhi). II Cúpula do IBAS (Pretória). Criação do BASIC (coordenação entre Brasil, África do Sul, Índia e China sobre mudança do clima – reuniões de ministros).
2008	Visita da presidente Pratibha Patil ao Brasil Criação do Mecanismo de Monitoramento do Comércio Brasil-Índia. III Cúpula do IBAS (Nova Delhi).
2009	IV Reunião da Comissão Mista (Brasília). Abertura da adidância militar do Brasil em Nova Delhi. I Reunião do Mecanismo de Monitoramento do Comércio Brasil-Índia (Nova Delhi). I Cúpula do BRIC (Ecatemburgo). Entrada em vigor do Acordo de Comércio Preferencial entre o MERCOSUL e a Índia (intercâmbio comercial foi de US\$ 5 bilhões).
2010	Visita do primeiro-ministro Manmohan Singh ao Brasil. II Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Brasília). II Reunião do Mecanismo de Monitoramento do Comércio Brasil-Índia (São Paulo). IV Cúpula do IBAS (Brasília). II Cúpula do BRIC (Brasília). Visita do comandante da Força Aérea indiana P.V. Naik ao Brasil. Visita do ministro da Defesa Nelson Jobim e do comandante da Marinha do Brasil Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto à Índia. I Reunião do Comitê Conjunto de Defesa (Nova Delhi – nível de secretários dos Ministérios da Defesa).
2011	V Reunião da Comissão Mista (Nova Delhi). III Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Nova Delhi). I Reunião do Diálogo Econômico e Financeiro (Rio de Janeiro). III Cúpula do BRICS e ingresso da África do Sul (Sanya). V Cúpula do IBAS (Pretória).
2012	Visita da presidente Dilma Rousseff à Índia. Visita do ministro da Defesa Celso Amorim à Índia. IV Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Nova Delhi). III Reunião do Mecanismo de Monitoramento do Comércio Brasil-Índia (Nova Delhi). I Reunião da Comissão Mista sobre Cooperação Científica e Tecnológica (Nova Delhi). Visita do primeiro-ministro Manmohan Singh ao Brasil (Rio+20). IV Cúpula do BRICS (Nova Delhi).
2013	VI Reunião da Comissão Mista (Brasília). II Reunião do Diálogo Econômico e Financeiro (Nova Delhi). V Cúpula do BRICS (Durban).
2014	Visita do primeiro-ministro Narendra Modi ao Brasil (primeira viagem do chefe de

	governo da Índia ao exterior). VI Cúpula do BRICS (Fortaleza).
2015	VII Reunião da Comissão Mista (Nova Delhi). V Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Nova Delhi). I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Índia (Brasília). I Reunião do Mecanismo de Consultas Consulares e Mobilidade (Brasília). Visita da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Kátia Abreu à Índia. VII Cúpula do BRICS (Ufá, Rússia).
2016	Visitas do presidente Michel Temer, do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Blairo Maggi e do ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Marcos Pereira à Índia. IV Reunião do Mecanismo de Monitoramento do Comércio Brasil-Índia (Brasília). VIII Cúpula do BRICS (Goa).
2017	Visita do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) general Etchegoyen à Índia. V Reunião do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia (Nova Delhi). IX Cúpula do BRICS (Xiamen).
2018	II Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia sobre Cooperação Científica e Tecnológica (Brasília) X Cúpula do BRICS (Joanesburgo).
2019	VI Reunião do Comitê Conjunto de Defesa (Brasília). Visita do primeiro-ministro Narendra Modi ao Brasil no âmbito da XI Cúpula do BRICS (Brasília) e encontro com o Sr. PR. Encontro entre o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, e o assessor de Segurança Nacional da Índia, (NSA, na sigla em inglês), Ajit Doval, à margem da Reunião de Assessores de Segurança Nacional do BRICS (Brasília).
2020	Visita de Estado do presidente Jair Bolsonaro à Índia. Homenagem ao Brasil por ocasião do Dia da República (25/1). Assinatura de 15 instrumentos bilaterais e adoção do Plano de Ação para Fortalecer a Parceria Estratégica Brasil-Índia. XII Cúpula do BRICS (novembro, por videoconferência). Videoconferência entre o MRE Ernesto Araújo e o MNE Subrahmanyam Jaishankar sobre temas geopolíticos e estratégicos (novembro).
2021	Importação de 4 milhões de doses da vacina produzida pelo Instituto Serum da Índia, sob licença da Oxford/AstraZeneca (janeiro e fevereiro). Participação dos senhores PR e MRE, e de outras altas autoridades brasileiras, na celebração do Dia da República da Índia, organizada pela Embaixada da Índia em Brasília (26/1). Lançamento do satélite Amazônia-1, por veículo indiano, a partir da base de Sriharikota, na Índia (28/2). Visita à Índia do ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes (23/2-2/3) XIII Cúpula do BRICS (setembro, por videoconferência). Reunião de consultas sobre temas do Conselho de Segurança (Brasília, 13/2)
2022	Telefonema bilateral entre os ministros das Relações Exteriores (14/1). Visita à Índia do secretário especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) (14-18/3). Visita à Índia do ministro de Minas e Energia (19-22/4). Visita à Índia de missão do TCU (8-10/5). Visita ao Brasil do ministro da Pesca, Pecuária e Látex (15-21/5).

	Visita ao Brasil de delegação da organização de pesquisa espacial indiana e reunião com a AEB (20/5). Instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Índia no Senado Federal (1/6). Visita de delegação do <i>National Defence College</i> da Índia (5-11/6). Visita ao Brasil do chanceler S. Jaishankar e realização da 8ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (23 e 24/8). Visita ao Brasil do vice-ministro de Petróleo e Gás Natural e assinatura de contrato entre a Petrobras e a <i>Indian Oil Corporation</i> (23/9). Visita ao Brasil do Ministro de Estado para Relações Exteriores e Assuntos Parlamentares da Índia (6-8/11)
2023	Telefonema entre os ministros das Relações Exteriores (5/1)

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Índia.	03/02/1968	20/10/1969	05/10/1968
Acordo de Cooperação Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federativa da Índia.	23/09/1968	26/06/1970	16/07/1970
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	26/04/1988	11/03/1992	28/04/1992
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	22/02/1992	22/02/1992	20/03/1992
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação Científica e Tecnológica no Setor Ferroviário	15/09/1993	15/09/1993	29/09/1993
Agenda Comum para o Meio Ambiente	27/01/1996	27/01/1996	N/A
Ajuste Complementar ao Acordo de Comércio entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República Índia sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	02/07/1997	03/08/1997	21/07/1997
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	05/05/1998	05/05/1998	08/05/1998

Ajuste Complementar ao Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia na Área de Saúde e Medicina	05/05/1998	05/05/1998	08/05/1998
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural	22/08/2002	22/08/2002	10/09/2002
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa	01/12/2003	27/12/2006	11/05/2007
Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	25/01/2004	20/10/2011	17/07/2014
Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia	25/01/2004	Em ratificação pela Índia	---
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	25/01/2004	17/11/2004	26/11/2004
Programa de Intercâmbio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia de Cooperação no Campo da Educação	01/02/2006	01/02/2006	15/03/2006
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	02/02/2006	16/05/2012	14/11/2014
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia em Cooperação Científica e Tecnológica	12/09/2006	21/07/2011	05/02/2013
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia para Cooperação na Área de Assentamentos Humanos	12/09/2006	12/10/2006	25/09/2006
Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia com Vistas à Implementação das "Semanas de Cultura Brasileira na Índia" e das "Semanas de Cultura Indiana no Brasil"	12/09/2006	12/09/2006	25/09/2006

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira	04/05/2007	30/11/2013	18/11/2014
Acordo de Coprodução Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia	04/06/2007	03/11/2010	03/11/2011
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação Mútua entre as Academias Diplomáticas	12/09/2007	12/09/2007	03/10/2007
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Luta Contra a Fome e a Pobreza	18/02/2008	18/02/2008	22/02/2008
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia	16/04/2008	20/08/2015	24/05/2017
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Índia para a Cooperação em Agricultura e Setores Afins	16/04/2008	16/04/2008	05/05/2008
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia na Área de Defesa Civil e Assistência Humanitária	16/04/2008	16/04/2008	05/05/2008
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Índia	08/03/2011	Em ratificação pela Índia	---
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia	30/03/2012	30/03/2012	28/05/2012
Declaração de Intenções para a Promoção da Igualdade de Gênero e a Promoção dos Direitos da Mulher e da Criança	30/03/2012	30/03/2012	N/A
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia	30/03/2012	30/03/2012	28/05/2012
Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de impostos sobre a Renda, Celebrada em Nova Délhi, em 26 de abril de 1988.	15/10/2013	06/08/2017	05/12/2017
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia	15/10/2013	24/02/2019	09/07/2019

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Estabelecendo Cooperação na Ampliação de uma Estação Terrestre Brasileira para o Recebimento e Processamento de Dados de Satélites de Sensoriamento Remoto Indianos (SRI)	16/07/2014	Em ratificação pela Índia	---
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente	16/07/2014	16/07/2014	19/08/2014
Programa de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia para o Período 2020-2024, no âmbito do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia (1968)	25/01/2020	25/01/2020	09/03/2020
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre Cooperação em Bioenergia	25/01/2020	25/01/2020	19/08/2020
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia	25/01/2020	Em ratificação no Brasil	---
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	25/01/2020	Em ratificação no Brasil	---
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia	25/01/2020	Em ratificação no Brasil	---
Protocolo alterando a Convenção Destinada a Evitar A Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrada em Nova Delhi, em 26 de abril de 1988 (modificada pelo Protocolo Assinado em outubro de 2013)	24/08/2022	Em ratificação no Brasil	----

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BUTÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Fevereiro de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE O BUTÃO	
NOME OFICIAL:	Reino do Butão
GENTÍLICO:	Butanês
CAPITAL:	Thimphu
ÁREA:	38 394 km²
POPULAÇÃO (2022):	786 mil
LÍNGUA OFICIAL:	Butanês (<i>dzhongka</i> – origem sino-tibetana e escrita tibetana)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Budismo (75,3%); hinduísmo (22,1%); outras (2,6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO:	parlamento bicameral composto pelo Conselho Nacional e pela Assembleia Nacional
CHEFE DE ESTADO:	Jigme Khesar Namgyel Wangchuck (desde 9 de dezembro de 2006)
CHEFE DE GOVERNO:	Lotay Tshering (desde 7 de novembro de 2018)
CHANCELER	Tandi Dorji (desde 7 de novembro de 2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2022):	US\$ 2,71 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2022):	US\$ 9,94 bilhões
PIB PER CAPITA (2022)	US\$ 3.560
PIB PPP PER CAPITA (2022):	US\$ 13.080
VARIAÇÃO DO PIB:	4,3% (est. 2023); 4% (2022) - 3,3% (2021); -2,3% (2020); 4,4% (2019); 3,8% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH (2021):	0,666 (127ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	72 anos
ALFABETIZAÇÃO (2021):	71%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021):	4,8%
UNIDADE MONETÁRIA:	ngultrum
EMBAIXADOR EM THIMPHU:	André Aranha Corrêa do Lago (residente em Nova Delhi)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Doma Tshering (Embaixadora junto à ONU, em Nova York)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros residentes

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BUTÃO						
(em US\$ mil - FOB)						(em US\$ milhões)
Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	343	200	255	384	599	2,3 (+283%)
Exportações	94	0	19	0,4	201	1,8 (+800%)
Importações	249	200	236	383	398	0,5 (+25%)
Saldo	-155	-200	-217	-383	-198	1,3

APRESENTAÇÃO

O Butão é um pequeno país, localizado entre a China, ao norte, e a Índia, ao sul. Consolidou-se como estado independente em 1616, sob a liderança do lama (autoridade religiosa no budismo tibetano) Ngawanag Namgyal. Após conflito com o Império Britânico, foi assinado o Tratado de Sinchula (1865), em que o país perde cerca de 20% de seu território, parte do qual em troca de estipêndio anual, o que caracteriza período de ascendência colonial britânica.

A data nacional do país, 17/12, comemora o estabelecimento da monarquia, em 1907. Em 1910, outro tratado com o *Raj* garante ao Butão condição independente em questões internas, mas estipula que o país deverá ser “guiado” pelo governo britânico, que, por sua vez, serviria como “árbitro” de eventuais disputas com os principados vizinhos, sob domínio imperial. Em 1949, o Butão assinou tratado de amizade com a Índia, mediante o qual se estabeleceu a independência do país, ainda que sob a orientação indiana em política externa. Paulatinamente, o país afirmou sua autonomia em relação a Nova Delhi e, em 2007, os vizinhos firmaram novo tratado de amizade, que põe fim ao sistema de proteção estabelecido inicialmente com os britânicos e que teve a Índia como sucessora.

Historicamente, o Butão utilizou sua posição geográfica remota para limitar influências externas e mantém, há mais de um século, uma política de isolamento com o objetivo de preservar sua herança cultural. Desde os anos 50 do século passado, iniciou processo de gradual modernização, com o estabelecimento, em 1953, de assembleia nacional, a chamada Tshogdu. Em 1965, foi criado o Conselho de Ministros e, em 1998, o monarca abriu mão de suas funções de chefe de governo.

Em 2008, o país tornou-se uma monarquia constitucional em sentido pleno, com partidos organizados, parlamentares das duas casas eleitos por voto direto. A Constituição de 2008 classifica o budismo como “herança cultural” do país. A identidade nacional butanesa é fortemente ligada à religião budista – de linha tibetana – e à figura do monarca, que tem *status* sagrado e detém tanto o poder temporal (chefe de Estado) como o espiritual.

A língua oficial é o butanês, de matriz sino-tibetana, embora minorias étnicas falem outras línguas, como o nepalês. O inglês foi adotado como língua franca da elite butanesa, sendo empregado nas escolas e universidades.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JIGME KHESAR NAMGYEL WANGCHUCK

Rei



Nasceu em 21/02/1980, em Thimphu. Estudou na Cushing Academy e no Wheaton College, em Massachusetts (EUA) e, em 2000, graduou-se em Relações Internacionais e Serviço Exterior na Universidade de Oxford, na Inglaterra. É Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de New Brunswick, no Canadá, pela Universidade de Rangsit, na Tailândia, pela Universidade de Calcutá, na Índia, e pela Universidade Keio, no Japão. Assumiu o trono em 14 de dezembro de 2006, quando seu pai abdicou em seu favor, convertendo-o no quinto rei da dinastia Wangchuk, detentora do trono desde 1907. Em 1º de novembro de 2008, foi coroado rei do Butão.

LOTAY TSHERING

Primeiro-ministro



Nasceu em 10/05/1969, na aldeia de Dalukha. Graduou-se em Medicina pela Universidade de Daca, no Bangladesh, e especializou-se em Urologia nos Estados Unidos. Trabalhou no principal hospital da capital, Thimphu, até 2013, quando se

candidatou, sem sucesso, a uma cadeira na Assembleia Nacional. Nas eleições seguintes, em 2018, foi eleito membro da Assembleia Nacional pelo Partido Unido do Butão (DNT), que conquistou maioria no Parlamento. Em 07/11/2018, tomou posse como primeiro-ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas do Brasil com o Butão foram estabelecidas em 2009, tendo sido o Brasil o primeiro país da América Latina a fazê-lo. Pleitos brasileiros em foros multilaterais têm contado com apoio butanês, mas a distância geográfica e o pouco conhecimento mútuo limitam o desenvolvimento das relações bilaterais.

Em novembro de 2009, o então primeiro-ministro do Butão, Jigme Thinley, visitou o Brasil por ocasião da 5ª Conferência Internacional do Índice da Felicidade, realizada em Foz do Iguaçu. O evento foi organizado pelo *Centre of Bhutan Studies*, entidade vinculada ao governo butanês que promove eventos internacionais para divulgar o conceito de “Felicidade Nacional Bruta”. Thinley voltou a visitar o Brasil por ocasião da Conferência Rio+20, em 2012.

O ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), visitou o Butão em 2017 para promover intercâmbio entre os judiciários, com ênfase em direito ambiental e na formação jurídica.

Em 2018, delegação butanesa visitou o Brasil a fim de participar do Fórum Mundial da Água. Na ocasião, os representantes do Butão realizaram visita técnica à Usina Hidrelétrica de Itaipu, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Ainda em 2018, a embaixadora não residente do Butão, Doma Tshering (representante permanente em Nova York) visitou Brasília, quando apresentou cartas credenciais ao então presidente Michel Temer e manteve outros encontros.

Em 2022, o governo butanês apoiou a candidatura do Professor Leonardo Caldeira Brant a uma vaga na de juiz Corte Internacional de Justiça, decorrente do falecimento do Juiz Antônio Augusto Cançado Trindade.

Cooperação técnica

Em maio de 2022, o Butão solicitou ao Brasil cooperação técnica em formação profissional. O país busca suprir déficit de mão de obra local qualificada em setores básicos da economia, que se agravou com os efeitos negativos da pandemia da

COVID-19, bem como fortalecer a educação profissionalizante, voltada sobretudo aos jovens, em setores como infraestrutura, agricultura, serviços e turismo.

Com apoio da ABC, cinco técnicos e especialistas do Ministério do Trabalho e Recursos Humanos do Butão vieram ao Brasil (Rio de Janeiro, Goiânia e Brasília) em setembro de 2022, quando participaram de reuniões e visitas técnicas ao SENAI e outras instituições.

Os dois países negociam acordo básico de cooperação técnica, que poderia viabilizar ações mais estruturantes de cooperação – ainda que atividades pontuais como a realizada em setembro possam ocorrer mesmo sem acordo vigente.

Comércio bilateral

Apesar de ainda bastante incipiente, o comércio entre o Brasil e o Butão registrou recorde em 2022, com crescimento expressivo na comparação com 2021 (+283%). Da corrente de US\$ 2,3 milhões, as exportações brasileiras perfizeram US\$ 1,8 milhões e as importações provenientes do Butão, apenas US\$ 500 mil. Dessa forma, o Brasil foi superavitário, com saldo de US\$ 1,3 milhões, tendo revertido os saldos negativos na balança comercial recente com o Butão.

Manteve-se, porém, a concentração do comércio bilateral em dois tipos de produtos: praticamente a totalidade das exportações brasileiras são de carnes e as importações originárias do Butão correspondem a aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos.

POLÍTICA INTERNA

O Butão é uma jovem democracia que, na atualidade, passa por processo de abertura e modernização. O budismo, religião majoritária no país, desempenha papel relevante na definição da política e do comportamento do povo butanês.

O país é uma monarquia constitucional, cuja primeira constituição foi adotada em 2008. Os ministros de estado são nomeados pelo rei entre os membros da Assembleia Nacional (câmara baixa), por indicação do primeiro-ministro.

O Poder Legislativo é bicameral, constituído pelo Conselho Nacional, composto por 25 membros (vinte eleitos diretamente e cinco indicados pelo rei), e pela Assembleia Nacional (47 membros eleitos diretamente por voto proporcional). Os mandatos em ambas as casas são de cinco anos. Os membros do Conselho Nacional não podem ter filiação partidária, enquanto que na Assembleia Nacional é obrigatório pertencer a algum partido político.

Foram realizadas eleições legislativas em 2008, 2013 e 2018, registrando-se nos dois últimos pleitos vitórias de partidos de oposição. O Poder Judiciário é composto por Corte Suprema (com jurisdição somente sobre temas constitucionais), Alta Corte, cortes distritais e cortes subdistritais.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Butão é, em grande parte, determinada por sua posição geográfica, uma vez que o país encontra-se entre a China e a Índia. Conforme seus princípios nacionais, o Butão procura promover a paz por meio do diálogo com a comunidade internacional, almejando, também, a preservação de sua soberania, integridade territorial e patrimônio cultural e religioso.

O Butão mantém relações diplomáticas com 54 países e a União Europeia (nas Américas, somente com Brasil, Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica e Cuba). Não há relacionamento diplomático formal com a China. O país mantém seis embaixadas no exterior (Austrália, Bangladesh, Bélgica, Kuwait, Índia e Tailândia), além das missões junto às Nações Unidas em Nova York e em Genebra, ademais de três consulados nos Estados Unidos e na Índia. Apenas Bangladesh, Índia e Kuwait mantêm embaixadas residentes em Thimphu.

Embora mantenha relações diplomáticas com poucos países, o Butão é membro de organizações regionais como a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC), juntamente com Afeganistão, Bangladesh, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka, e da Iniciativa da Baía de Bengala para a Cooperação Multissetorial Técnica e Econômica (BIMSTEC).

A Índia é o principal parceiro político e o mais importante mercado para os produtos butaneses, além de responder por parcela significativa do déficit comercial daquele país. É por meio de seu vizinho meridional que o Butão mantém canais de intercâmbio com outros países, uma vez que suas fronteiras com a China são pouco porosas. Cabe destacar a participação destacada da Índia em projetos de infraestrutura, como a construção de usinas hidrelétricas e de estradas.

O Butão foi um dos países em desenvolvimento não membros do G20 a participar da conferência “Voice of the Global South”, em janeiro de 2022, iniciativa da presidência indiana do G20.

As relações com a China são consideradas conflitivas devido a disputas fronteiriças, destacadamente as do platô de Doklam, próximo à tríplice fronteira China-Butão-Índia. Em junho de 2017, um impasse na região envolveu os três países

e causou mobilização militar de Índia e China. A questão teve início com a tentativa chinesa de construir uma rodovia em área que Índia e Butão consideram território butanês. O governo indiano enviou tropas à região, suscitando ameaças de intervenção militar da China. Depois de 73 dias, os dois países acertaram uma trégua sobre a questão, que ainda não foi solucionada de maneira definitiva. As negociações com vistas a solução abrangente para a delimitação das fronteiras entre Butão e China, iniciadas em 1984, ainda permanecem sem conclusão e com poucos sinais de avanço.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Butão tem sua economia essencialmente baseada na agricultura, extração florestal e na venda de energia hidrelétrica para a Índia. Embora esteja decrescendo, a população rural perfaz 57% do total, sendo que a agricultura responde por cerca de 19% do PIB (2020). A moeda nacional, o *ngultrum*, está atrelada à rupia indiana, de modo que alterações na economia indiana afetam diretamente a economia butanesa.

Graças a suas condições geográficas, o Butão conta com potencial hidrelétrico notável, estimado em 30 GW, dos quais 23,76 GW são considerados economicamente viáveis no curto prazo, segundo dados da *International Hydropower Association*. A maior parte da hidroeletricidade gerada no Butão é exportada para a Índia, o que corresponde a mais de 40% das exportações do país e a 14% de seu PIB. Com a expansão da capacidade de geração de energia em curso e o recente entendimento para exportação de hidroeletricidade butanesa também para o Bangladesh, o país deverá emergir proximamente como importante fonte de energia limpa na Ásia Meridional.

O comércio internacional do Butão, embora modesto em números absolutos, tem peso importante em sua economia, correspondendo a quase 67% do PIB em 2020. O país depende da importação de diversos tipos de bens, incluindo industrializados e *commodities* agrícolas e minerais. Seus principais destinos de exportações foram, em 2021, a Índia (96%), a Itália (1,7%) e a Coreia do Sul (0,5%). As maiores origens de seus importados foram a Índia (79%), a China (9%) e a Tailândia (6%).

O setor de turismo tem ganhado destaque no Butão. Em setembro de 2022, após mais de dois anos e meio de fronteiras fechadas a viajantes estrangeiros, em função da pandemia de COVID-19, o país reabriu-se ao turismo internacional com uma estratégia renovada de alto valor e baixo volume. A nova estratégia butanesa

busca, essencialmente, promover um turismo ainda mais exclusivo para viajantes de alta renda, conter o turismo com impacto negativo e fortalecer a imagem do Butão como país onde há um “índice de felicidade” em contraponto à métrica tradicional econômica (crescimento do PIB e outros indicadores).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

500 a.C.	Povos nômades estabelecem-se nas planícies butanesas.
Séc. XI	O Butão é ocupado por forças militares mongóis.
1616	O monge Ngawang Namgyal assume a liderança política do Butão e estabelece um governo central.
1862	Soldados butaneses saqueiam Sikkim e Cooch Behar, então estados clientes do <i>Raj</i> britânico, ambos atualmente parte da Índia.
1864-1865	Guerra do Império Britânico contra o Butão, que resultou na perda de aproximadamente 20% do território butanês (Tratado de Sinchula).
1907	A monarquia é instituída. Ugyen Wangchuck torna-se o primeiro “rei dragão”.
1952	Jigme Dorji Wangchuck assume o trono.
1953	A Assembleia Nacional é instituída.
1959	Milhares de refugiados tibetanos buscam asilo no Butão após a incorporação do Tibete à China.
1972	Jigme Singye Wangchuck assume o trono após a morte do pai.
1990	Ocorrem confrontos de natureza étnica e protestos por democracia e pelos direitos dos nepaleses no sul do país.
1998	O rei cede poderes à Assembleia Nacional. O regime continua absolutista, com parlamentares escolhidos pelo monarca.
1999	Televisão e Internet passam a ser permitidas no país.
2006	O rei Jigme Singye Wangchuck abdica. O príncipe-herdeiro Jigme Khesar Namgyel Wangchuck assume o trono.
2008	A monarquia constitucional é instituída, com a adoção de eleições diretas para a escolha dos parlamentares.
2013	Eleições resultam na vitória do Partido Democrático do Povo, de oposição, liderado por Tshering Tobgay, que se torna primeiro-ministro.
2018	Eleições resultam na vitória do Partido Unido do Butão, de oposição, liderado por Lotay Tshering, que se torna primeiro-ministro.
2022	Reabertura do país à entrada de viajantes estrangeiros, após fechamento de mais de dois anos durante a pandemia de COVID-19.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2009	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Butão.
2009	Visita ao Brasil do primeiro-ministro do Butão, Jigmi Thinley, por ocasião da 5ª “Conferência Internacional do Índice da Felicidade”.
2012	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Jigme Thinley, por ocasião da Conferência Rio+20.
2017	Visita ao Butão do ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para promover intercâmbio entre os judiciários, com ênfase em direito ambiental e na formação jurídica.
2018	Visita a Brasília de delegação butanesa, por ocasião do Fórum da Água.
2022	Missão técnica do Ministério do Trabalho e Recursos Humanos do Butão ao Brasil sobre formação profissional, com visitas SENAI e outras instituições.

ATOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais assinados entre Brasil e Eritreia.